

Maioria dos partidos e coligações do DF desobedecem cota de candidaturas femininas

(Jornal de Brasília, 22/07/2014) Apenas nove das 19 coligações ou partidos que pleiteiam vagas na Câmara Legislativa do DF obedecem ao critério que devem preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo (Lei 9.504/1997). Entre os que concorrem a deputado federal, seis, dos nove, estão em dia com a Justiça Eleitoral. As outras três precisam regularizar o problema, sob pena de terem todas as candidaturas da coligação cassadas.

“Acho que, dessa vez, vai ser diferente”, diz Emerson Masullo, cientista político e especialista em direito eleitoral. Para ele, a presença das mulheres em todos os aspectos sociais é uma realidade que deve ser observada pelos partidos. “Se você observar as estatísticas, a maioria dos estudantes de nível superior é de mulheres. Nas classes C e D, a maior parte dos chefes de família é mulher. É uma realidade que os partidos devem se adaptar”, afirma Masullo.

“Os que não forem pelo amor, irão pela dor”, continua o especialista. “Eu acho que a Justiça Eleitoral não pode ser complacente, como alguns partidos imaginam. Tem de ser mais enérgica”, diz ele, em referência à grande quantidade de coligações irregulares no DF. “O movimento político partidário ainda não percebeu que a figura feminina é necessária para o cenário político e traz credibilidade maior que a (figura) masculina”, justifica. Segundo ele, as mulheres contam com uma imagem melhor, quando trata-se de honestidade e compromisso.

Sem identificar quais são, o Tribunal Regional Eleitoral-DF (TRE-DF) informou que algumas coligações já foram notificadas a resolver o problema. Caso não cumpram a ordem do Tribunal, os partidos serão julgados por descumprir a determinação da lei eleitoral e podem ter indeferidos os registros de toda a coligação.

AGORA VAI!

» Em 2014, será a primeira vez que a desabodiência ao percentual poderá ter como punição a exclusão da corrida eleitoral de todos os componentes do grupo, segundo o Ministério Público Federal (MPF).

» A legislação eleitoral já previa os percentuais por sexo desde 1997, data de promulgação da Lei 9.504. No entanto, até as eleições gerais de 2010 adotou-se o entendimento de que a regra não era uma imposição legal.

Ainda falta expressão

Foi mesmo contra a vontade do pai - o ex-governador Joaquim Roriz - que a distrital Liliane Roriz (PRTB) resolveu entrar para a política, conta ela. Na Câmara Legislativa, é uma das quatro representantes do gênero. E se orgulha de atuar em defesa da causa feminina na Casa.

“Concordo que a participação da mulher dentro da Câmara Legislativa é quase inexpressiva. Por este motivo, fui uma das que lutou para a criação da Procuradoria da mulher na Casa”, diz Liliane, que tenta a reeleição para o cargo.

A coligação da filha de Roriz é uma das que desobedecem à determinação da lei, assim como o DEM, que, segundo o presidente regional da sigla, Alberto Fraga, foi prejudicado pela anulação da convenção do PPS e consequente dissolução da aliança. “Ainda não fomos notificados, mas vamos colocar o número que a lei determina”, diz.

CÁLCULO ERRADO

Com a missão de reeleger o maior número de deputados distritais neste ano, a coligação PT-PP também está na “lista negra” da Justiça Eleitoral.

O presidente do PT brasiliense, deputado federal Roberto Policarpo, soube pela reportagem que o número de candidatas do partido não atingia a cota mínima - os dados foram atualizados pelo TSE, ontem, às 18h59.

“ Fizemos os cálculos e entendemos que tinham os 30%. Agora, vamos ver como é que vamos fazer. Não fomos notificados ainda, mas, se tem problema,

a gente vai corrigir”, garantiu o presidente regional do PT. 16 % dos deputados distritais desta legislatura são mulheres.

Acesse o PDF: [Política também é para mulheres \(Jornal de Brasília, 22/07/2014\)](#)

Gestão feminina na saúde

(Folha de S. Paulo, 21/07/2014) Se nas empresas a presença de mulheres no primeiro escalão ainda é rara, na área hospitalar ela começa a se intensificar.

Em São Paulo, instituições públicas como o Hospital das Clínicas, o Instituto do Câncer e o Conjunto Hospitalar do Mandaqui são comandadas por médicas. A Rede Sarah, de Brasília, também tem uma mulher à frente.

São gestoras que, em geral, ingressaram após concurso e foram galgando posições.

“Avançamos, mas é uma conquista, o processo é lento demais”, diz Eloisa Bonfá, do HC. “Foi uma luta. Entrei na gestão em 1994, convidada para ser diretora de ambulatório”, afirma Magali Proença, do Mandaqui.

No setor privado, o Beneficência Portuguesa tem a sua primeira CEO. Einstein e Sírio- Libanês não têm médicas em cargos de direção, segundo informaram.

CHAMADA MÉDICA

A médica Eloisa Bonfá foi a primeira mulher a se tornar diretora do Hospital das Clínicas, complexo que completou 70 anos em 2014.

Antes, ela havia sido a primeira a se tornar chefe de departamento, em 2004, e a terceira professora titular da Faculdade de Medicina da USP, em 1998.

No HC, coordena mais de 20 mil colaboradores, 3.905 médicos e 1.345 residentes.

“A academia [a instituição é ligada à Medicina da USP] já trabalha com meritocracia, o que ajuda na questão de gênero.”

Não sentiu dificuldades nem acredita ter sido preterida por ser mulher.

Apenas ouviu brincadeiras, como “você deu certo porque é uma mulher com coração de homem”.

Em razão da maternidade, na teoria, a mulher cederia lugar, diz. Muitas adiam a formação em gestão.

“É possível que existam mais homens médicos com essa qualificação”, afirma, como um dos motivos para o fato de a questão de gênero ser ultrapassada de forma mais rápida em instituições públicas (especialmente ligadas a faculdades) do que nas particulares.

Bonfá teve três filhos. “Dá para conciliar, mas, quando as crianças eram pequenas, fiquei mais no departamento de reumatologia do que na gestão, que consome muito mais.”

Ainda hoje, ela atende no ambulatório e faz consultas. “É importante para saber se as medidas adotadas estão chegando na ponta.”

A diretora clínica ressalta a importância de conhecimentos em administração.

“Há na gestão pública um espaço imenso para melhorar os fluxos. É importante integrar, motivar, e precisa de liderança”, diz com a voz pausada. “Sendo chamadas, as pessoas participam.”

Foi o que ocorreu com ela. “Era chamada e ia ficando”, afirma, sobre o ingresso na gestão. “Não havia a exigência de formação na área.”

Melhorias e inovações atuais do HC foram feitas por duas médicas gestoras, que atuam com Bonfá. “Eu as escolhi por competência, não por serem mulheres.”

Bonfá se prepara para suprir a lacuna de formação. A partir de 2015, todos do conselho deliberativo da faculdade farão um curso, em parceria com a FGV, de administração hospitalar.

São cerca de 14 membros –só duas são mulheres.

ESTETOSCÓPIO E PLANILHA

“Levei dez anos para ter certeza de que havia feito a escolha certa”, diz Marisa Madi, diretora-executiva do Icesp (Instituto do Câncer do Estado de São Paulo Octavio Frias de Oliveira).

Foi difícil para ela decidir entre a carreira médica e a de gestora.

Madi é uma das três mulheres que comandam institutos ligados ao Hospital das Clínicas e à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

As outras duas são Lucila Pedroso, diretora-executiva do Instituto Central, e Mariana

Nutti, que lidera o Instituto da Criança.

No total, a entidade tem oito institutos, além de dois hospitais auxiliares.

Após o vestibular para medicina na Unifesp, e ao longo curso, seu pai, que era médico, não entendia o que ela fazia na residência médica na Proahsa (programa de estudos em administração hospitalar em parceria entre USP e FGV).

“Planilhas?”, perguntava ele. Madi chegou a cogitar especializar-se em pediatria ou obstetrícia.

“Mas eu tinha uma veia para a questão social e de organização. Hoje, consigo um alcance maior”, afirma.

“Fiz a opção por gestão cedo e, se alguém tiver em dúvida, tente, que vale a pena”, salienta a diretora.

ENGENHARIA INTERNA

Sem nenhuma experiência na área de saúde, Denise Santos entrou no

Hospital e Maternidade São Luiz em 2009 já como presidente. Formada em engenharia elétrica, havia passado principalmente por empresas de tecnologia.

Recrutada por um head hunter, acredita ter chegado ao hospital “por já ter passado por mudanças intensas [em outros trabalhos], por liderar de uma forma muito próxima às pessoas e por ter experiência com processos.”

Após preparar o Hospital São Luiz para ser vendido para a Rede D’Or, ela precisou tirar uma quarentena do setor.

Há um ano e três meses, a executiva está à frente dos três hospitais da Beneficência Portuguesa, que juntos somam 1.100 leitos e atendem 1,5 milhão de pacientes ao ano.

São cerca de 2.500 médicos sob seu comando.

NA REGÊNCIA DO HOSPITAL

Da música para o cargo de presidente da principal instituição hospitalar de reabilitação do país foi a trajetória percorrida por Lucia Braga, que comanda a Rede Sarah.

Formada em música e psicologia pela UNB, Braga entrou ainda estudante no hospital para desenvolver um projeto de pesquisa.

Em seguida, foi contratada pela instituição e depois chamada para coordenar um setor de lesão cerebral (área em que concentra os seus estudos).

Há 36 anos trabalhando no mesmo local, a presidente é hoje responsável por comandar aproximadamente 6.000 funcionários e dez unidades hospitalares.

“Sempre ouvi muito as pessoas e gosto de uma gestão com mais participação [de outros funcionários]”, afirma Braga.

No alto escalão da rede, atuam outras duas mulheres (diretoras) e um homem (vicepresidente).

com LUCIANA DYNIEWICZ, LEANDRO MARTINS e ISADORA SPADONI

Sem regulamentação, domésticas ainda aguardam novos direitos

(G1/Economia, 21/07/2014) Silvia Maria tem 45 anos, dois filhos casados e emprego fixo há quase duas décadas. O salário paga as despesas de casa, mas falta uma poupança, para que a empregada doméstica consiga pagar um plano de saúde e “garantir uma boa velhice”. Sua renda deve aumentar quando novos direitos previstos pela emenda à Constituição, conhecida como PEC das domésticas, forem regulamentados e entrarem em vigor, como adicional noturno, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e seguro-desemprego.

“Diferença [no salário] sempre faz. Quando começarem a valer mesmo [os direitos], vou conseguir guardar dinheiro. Não vou usar para comprar, financiar nada. Já estou com 45 anos, daqui a pouco 50. Preciso de uma ajuda na minha velhice, ninguém está livre de doença, vou poder ter um plano de saúde”, diz Silvia, moradora de São Paulo.

Ao todo, 7 direitos dos empregados do setor ainda precisam ser detalhados (*veja a lista abaixo*), o que depende de votação no Congresso. Enquanto essas regras não saem, patrões não sabem, por exemplo, quanto pagar de adicional noturno, e os empregadores não sabem quanto cobrar.

“Não posso reclamar, porque recebo tudo direitinho, férias, 13º, INSS, mas sempre é bom [mais direitos], né. Acho que vai ser melhor ainda para aquelas meninas que começaram a trabalhar agora, que não conhecem muito bem

seus direitos”, afirma Silvia.

Para a empregada doméstica Edit Pereira da Silva, 52 anos, de Brasília, essa falta de regulamentação não é positiva para sua categoria, mas espera que “tudo fique melhor”. “Acho que vamos ter mesmo mais direitos. Assim que a PEC saiu, minha patroa e o contador dela conversaram comigo sobre hora extra. Passei a anotar todos os dias o horário em que entro e saio do trabalho, mas ainda faltam outras coisas que a gente infelizmente não sabe como vão ser. Tem que esperar”, diz Edit, que trabalha na mesma casa há oito anos.

Há 12 anos na mesma casa de família em São Paulo, Florípedes de Jesus Santos, de 52 anos, também aguarda a regulamentação da PEC para que toda a categoria possa ter os benefícios. Ela recebe férias, 13º salário e também conta com as folgas aos domingos. “Recebo tudo o que já é previsto, mas acho que a lei vai ajudar quem precisa do auxílio-creche para as crianças”.

Para Florípedes, a medida que fará mais diferença é o FGTS. “Às vezes, aos sábados, ainda faço outra faxina para ter um dinheiro extra, então seria bom ter um dinheiro guardado para o futuro”. Agora, ela espera que a regulamentação saia do papel. “Se a lei vier mesmo vai beneficiar muitas pessoas, porque nosso trabalho precisa ser mais valorizado”, completa.

Segundo a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município de São Paulo, Maria Ferreira Lima, muitos empregadores procuram a entidade em busca de informações, dispostos a cumprir com as novas regras. “A orientação que damos é que aguardem essa regulamentação. Não há muito o que fazer por enquanto.”

Projeto parado na Câmara

Mais de um ano após a promulgação da emenda constitucional das Domésticas, que garantiu à categoria os mesmos direitos dos demais trabalhadores urbanos e rurais, profissionais do setor continuam sem poder desfrutar de boa parte dos novos benefícios, como o seguro-desemprego e o recolhimento obrigatório do FGTS. Isso porque o projeto de lei que os regulamenta está “travado” na Câmara dos Deputados.

Ao todo, a alteração na Constituição garantiu aos domésticos 16 novos direitos. Sete deles - os que possuem pontos mais polêmicos - estão à espera da regulamentação para começar a valer: indenização em demissões sem justa causa, obrigatoriedade de conta no FGTS, salário-família, adicional noturno, seguro-desemprego e seguro contra acidente de trabalho. O direito de auxílio-creche sequer tem as regras mencionadas no projeto de lei.

Aprovada pelo Senado em julho de 2013, a regulamentação para esses 7 direitos seguiu para aprovação da Câmara dos Deputados, mas até agora não foi votada. Enquanto não entrar na pauta, tudo fica como está, sem a efetiva aplicação desses direitos.

Um ano depois da aprovação da PEC, Mario Avelino, presidente do Portal Doméstica Legal, afirmou que, na prática, estava em vigor somente a jornada de 8 horas diárias e 44 horas semanais e o pagamento de horas extras.

“De resto, nada mudou, as domésticas continuam tendo subemprego, porque elas têm menos direitos. E os empregadores estão na expectativa de as regras ficarem claras, o que é ruim, porque muita gente demitiu, muita gente trocou a doméstica por diaristas, tem gente até que terceirizou o serviço. E quem está perdendo é o emprego doméstico, é o trabalhador”, disse na ocasião.

Em abril de 2013, quando a emenda foi promulgada, ocorreu um clima de incerteza sobre como os patrões deveriam agir, explica, o que causou demissões precipitadas ou troca de doméstica por diarista.

De acordo com ele, contudo, esse movimento inicial foi interrompido por um clima de incerteza e indefinição que praticamente fez tudo voltar a como era anteriormente.

“Chegou um momento em que tanto empregador como empregado estão aguardando, perceberam que eram vítimas. Muitos podem estar esperando para contratar. Toda essa neura se criou. Acabou o ano e se iniciou outro ano e ainda não foi votado.”

Acesse no site de origem: [Sem regulamentação, domésticas ainda aguardam novos direitos \(G1/Economia, 21/07/2014\)](#)

Mulheres conquistaram o direito ao voto há 82 anos

(Agência Brasil, 17/07/2014) As mulheres brasileiras só vieram conquistar o direito ao voto no âmbito nacional em 1932. Naquele ano, a criação do primeiro Código Eleitoral do país trazia o seguinte trecho: " É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo".

Mas a luta pelo voto feminino vem de antes. No nível local, a professora do Rio Grande do Norte, Celina Guimarães Viana, conseguiu na Justiça o direito de votar no ano de 1927, cinco anos antes do código eleitoral, tornando-se assim a primeira eleitora mulher do país.

Desde então , a participação feminina na política cresce e hoje existem mulheres em todos os cargos eletivos, inclusive na Presidência da República. Mas essa participação é baixa se considerarmos que as mulheres representam quase 52% do eleitorado que foi as urnas em 2012. Mesmo sendo maioria, elas representa 11,84% do total de prefeitos, e 13,32% do total de vereadores do país.

Acesse no site de origem: [Mulheres conquistaram o direito ao voto há 82 anos \(Agência Brasil, 17/07/2014\)](#)

Campanha contra abuso de

mulheres distribui 10 mil apitos em Campinas

(G1, 15/07/2014) Em uma ação contra a violência e o abuso sofrido por mulheres usuárias do transporte público em Campinas (SP), ativistas da Associação das Advogadas, Estagiárias e Acadêmicas do Direito de São Paulo (Asas) realizaram uma caminhada e a distribuição de apitos na manhã desta terça-feira (15) na região central da cidade. De acordo com a organização do “Dia de Apitação”, nome dado ao evento, o objetivo é conscientizar a população sobre a importância de denunciar atos como estes. Durante o dia de atividades serão distribuídos 10 mil apitos.

Acesse a íntegra no portal Compromisso e Atitude: [Campanha contra abuso de mulheres distribui 10 mil apitos em Campinas \(G1, 15/07/2014\)](#)

Morre aos 51 anos em São Paulo a cantora e ativista LGBT Vange Leonel

(Folha de S. Paulo, 14/07/2014) A cantora, escritora e ativista LGBT Maria Evangelina Leonel Gandolfo, mais conhecida pelo seu nome artístico, Vange Leonel, morreu nesta segunda-feira (14) em São Paulo, aos 51 anos. Ela lutava contra um câncer no ovário.

Ela estava internada no hospital Santa Isabel, em Santa Cecília, região central da cidade. O velório será realizado nesta terça-feira (15) no cemitério Horto da Paz, em Itapeverica da Serra (SP), das 10h às 14h. O corpo será cremado.

Leia mais: [Nota de pesar da ministra Eleonora Menicucci pelo falecimento de Vange Leonel \(SPM, 15/07/2014\)](#)

Na “Revista da Folha”, Vange foi responsável por uma coluna GLS de 2001 a 2010.

Atualmente, ela escrevia sobre cervejas artesanais no blog “Lupulinas”, no site da revista “Carta Capital”, em parceria com a jornalista Cilmara Bedaque, com quem estava casada há mais de duas décadas.

No domingo, Cilmara havia alertado os amigos, por meio de sua conta no Twitter, sobre o problema de saúde da cantora e disse que estava vivendo o pior momento de sua vida.

Nesta segunda, escreveu: “um sentimento que deixa partir tendo a certeza da liberdade do amor.” E continuou: “Ela então sonhou que era livre. Do cateter, das agulhas em suas veias, do buraco em seu peito. Eu só pude dizer: você é livre.”

OBRA

Vange ingressou na carreira musical em 1979, na banda de reggae Os Camarões, ao lado de seu primo, Nando Reis. Nos anos 1980, foi vocalista do grupo de rock Nau, com quem lançou um disco homônimo.

Ela lançou ainda dois discos solo, “Vange” (1991), produzido por Nando, e “Vermelho” (1995).

Com o primeiro, emplacou a música “Noite Preta” como tema de abertura da novela “Vamp”, na TV Globo, no início dos anos 1990.

Em 1992, recebeu o Prêmio Sharp de Música como “cantora revelação de pop/rock”.

Como escritora, lançou “Lésbicas” (1999), “Grrrls: Garotas Iradas” (2001), “As Sereias da Rive Gauche” (2002) e “Balada para as Meninas Perdidas” (2003).

Vange também chegou a escrever peças. Em 2000, estreou “As Sereias de

Rive Gauche”, com direção de Regina Galdino, e em 2006, “Joana Evangelista”, encenada pelo grupo Os Satyros.

REPERCUSSÃO

Pelas redes sociais, diversas personalidades lamentaram a morte de Vange.

“Que dias estranhos... Acabo de saber do falecimento de minha amiga amada, parceira de luta e artista admirável Vange Leonel. Tristeza”, escreveu o deputado Jean Willys (PSOL - RJ).

“#RIP Vange Leonel, mulher de extraordinária coragem”, disse a jornalista Mônica Waldvogel.

A cantora Karina Buhr escreveu: “Vange Leonel, ídola q só conheci pelas palavras. Agressiva na maravilhosidade.É assim nossa passagem por terra firme e não cansa de assustar.”

O músico e apresentador Luiz Thunderbird disse estar arrasado. “Vange Leonel foi vocalista da banda Nau, das mais legais dos anos 80. Ela era grande cantora do Rock Nacional da época! Muito triste! Vange Leonel, querida! Seu fã pra sempre!”, escreveu.

“RIP Vange Leonel... Uma muié de fibra”, escreveu o músico e apresentador de TV João Gordo.

Acesse o PDF: [Morre aos 51 anos em Sao Paulo a cantora e ativista LGBT Vange Leonel \(Folha de S. Paulo, 14/07/2014\)](#)

Bancada feminina defende

“acumulação eleitoral” para aumentar número de mulheres no Congresso

(Agência Câmara, 10/07/2014) A coordenadora da bancada feminina da Câmara, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), defende a estratégia da acumulação eleitoral para aumentar a presença de mulheres no Congresso. Hoje, mesmo passados quase 17 anos da lei que criou a cota de 30% para o total de candidaturas de mulheres em cada eleição, o total de homens no Parlamento brasileiro é pouco mais de nove vezes superior ao de mulheres.

A acumulação eleitoral seria a disputa sucessiva de eleições para aumentar a quantidade de votos de cada candidata:

“Os homens têm planejamento, os homens saem para vereador, para na próxima se candidatarem a prefeito, para na outra, deputado... as mulheres não têm esse planejamento. Nós pedimos que a bancada toda se empenhasse para dobrar, pelo menos dobrar. Porque aí nós sairíamos de 45 eleitas para quase 100. E ter uma meta: que todas as candidatas que não tivessem chance de se eleger agora se preparassem para realizarem agora a pré-candidatura de vereadora ou prefeita em 2016. Enquanto nós não tivermos claro o caminho que nos leva a essa acumulação eleitoral e se não fizermos a mudança no sistema político eleitoral, nós vamos estar vivendo o pesadelo do 9 a 1, que é muito pior que o 7 a 1.”



Coordenadora da bancada

feminina da Câmara,
deputada Jô Moraes (PCdoB-
MG). Reprodução/TV
Câmara

Jô Moraes também cita a necessidade de aumentar o nível educacional da população, pois esta, segundo ela, seria a explicação para que países como Cuba e Suécia tenham participação feminina superior a 40% em seus parlamentos. Outra luta da bancada feminina é pela lista fechada com alternância de gênero. Ou seja, o eleitor votaria em uma lista de candidatos determinada pelos partidos que seria alternada entre homens e mulheres. Haveria um espaço maior para os mais votados.

De qualquer forma, Jô Moraes acredita que somente a sociedade tem o poder de conseguir uma reforma política desse tipo, exigindo isso do Congresso atual.

Em março, o Congresso Nacional e o Tribunal Superior Eleitoral lançaram uma campanha institucional para estimular a participação feminina nos processos eleitorais. De acordo com a cartilha lançada na época, o Brasil está na posição 156 em representação feminina no Parlamento, entre 188 países. Na comparação com 34 nações das Américas, o Brasil ocupa a 30ª colocação.

Da Rádio Câmara, de Brasília, Sílvia Mugnatto.

Acesse o site de origem: [Bancada feminina defende “acumulação eleitoral” para aumentar número de mulheres no Congresso](#)

Participação feminina no parlamento permanece abaixo dos 10%

(Câmara Notícias, 09/07/2014) Desde a conquista do voto feminino no Brasil, as mulheres garantiram lugar em diversas áreas da sociedade, antes ocupadas apenas por homens. Esse crescimento, porém, não foi o mesmo na política parlamentar do país. No Brasil, a participação feminina no parlamento permanece abaixo dos 10%. Já no resto do mundo, a atuação de mulheres parlamentares chega à marca de 22%.



Jô Moraes: “não basta ser mulher para ter compromisso com a luta da mulher”.
Reprodução/TV Câmara

Para discutir o assunto, o Com a Palavra conversou com a coordenadora da Bancada Feminina na Câmara, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG).

Para a deputada, não basta ser mulher para ter compromisso com a luta da mulher e para mudar a realidade política brasileira, pois muitas mulheres ainda apresentam uma visão machista da sociedade. Por outro lado, a mulher que possui uma visão moderna e avançada da sociedade acumula qualidades particulares em comparação aos homens, possuindo maior capacidade de se dedicar aos problemas cotidianos, como os referentes à saúde e à educação,

defende Jô Moraes.

Acesse o site de origem: [Participação feminina no parlamento permanece abaixo dos 10%](#)

Gestoras mulheres são melhores que homens em atributos de liderança, por Sonia Racy

(O Estado de S. Paulo, 29/06/2014) Mulheres em cargos de gestão se saem melhor do que homens em cinco dos sete atributos fundamentais para uma boa liderança: admitir erros (66% das mulheres ante 34% dos homens); comunicar-se de forma aberta (62% e 38%, respectivamente); extrair o melhor de subalternos (61% e 39%); e liderar pelo exemplo (57% e 43%).

O estudo, feito pela Ketchum, entrevistou, ao todo, 6.509 pessoas em 13 países - incluindo o Brasil.

Acesse o PDF: [Girl power, por Sonia Racy](#)

MP Eleitoral de Minas avisa partidos que candidatura fictícia será considerada fraude

(MPF/PRMG, 26/06/2014) Exigência legal de participação feminina e outros requisitos necessários à candidatura também serão cobrados no ato de registro

O procurador regional eleitoral de Minas Gerais, Patrick Salgado Martins, chefe do Ministério Público Eleitoral no estado, expediu recomendação aos partidos políticos alertando-os sobre os riscos da inobservância dos requisitos necessários para o registro de candidaturas nas eleições deste ano.

Um dos pontos principais da recomendação diz respeito às candidaturas fictícias, que são apresentadas pelas agremiações partidárias apenas para alcançarem os percentuais mínimos exigidos pela lei no que diz respeito, por exemplo, à participação feminina, ou mesmo por parte de servidores públicos que não possuem qualquer compromisso sério de se engajarem nas campanhas e só se candidatam para usufruir os três meses de licença remunerada.

“As candidaturas fictícias são identificadas com gastos de campanha inexistentes ou irrisórios e votação ínfima. Este ano, o Ministério Público Eleitoral estará especialmente atento a essa prática ilícita e fraudulenta”, afirma Patrick Salgado.

Cota feminina - Os partidos políticos deverão obedecer fielmente o que diz a legislação eleitoral quanto ao percentual mínimo de 30% dos registros para candidaturas femininas. Segundo o procurador eleitoral, este percentual deve ser cumprido durante todo o processo eleitoral, não apenas no ato do registro das candidaturas, e os partidos e coligações devem oferecer as mesmas condições e espaços políticos para as candidatas mulheres.

“O que percebemos, em toda eleição, é que os partidos utilizam vários subterfúgios para se esquivarem ao cumprimento da cota feminina. Na

maioria das vezes, fazem os cálculos com base no número em abstrato previsto na Lei das Eleições, mas o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já decidiu que os percentuais legais devem levar em conta o número de registros de candidatura efetivamente requeridos”, afirma Patrick Salgado.

Outra forma de burlar a lei está nas substituições de candidatos que ocorrem após o prazo do registro, quando as agremiações aproveitam para simular a desistência de candidatas mulheres trocando-as por candidatos do sexo masculino. Este ano, qualquer tentativa de descumprimento da lei será objeto de impugnação pelo Ministério Público.

Documentação completa - A recomendação também tratou da necessidade de instruir os pedidos de registro de candidaturas com toda a documentação necessária.

Patrick Salgado relata que os partidos e coligações já se acostumaram a apresentar documentação incompleta, mesmo sabendo de antemão quais são os documentos exigidos por lei.

“É uma postura negligente e até desrespeitosa, porque obriga a Justiça Eleitoral e o próprio Ministério Público a suprir a ineficiência dos partidos e dos próprios candidatos, verificando, página por página, cada um dos milhares de pedidos de registro que são apresentados no tribunal, no curtíssimo prazo que temos para impugnação, que é de 5 dias corridos”, diz.

O Ministério Público Eleitoral alertou os partidos e coligações que, em 2014, não será feita nenhuma diligência para suprir eventual lacuna nos pedidos de registro apresentados à Justiça Eleitoral e os requerimentos incompletos serão imediatamente impugnados, somente permitindo-se aos candidatos promover sua defesa, no âmbito do processo judicial, com contratação de advogado.

Ficha Limpa - Além da regularidade na documentação, os pedidos de registro de candidatos também irão passar por um pente fino quanto à ocorrência de alguma inelegibilidade, em especial de casos que se enquadrarem na Lei da Ficha Limpa.

O procurador eleitoral ressalta que “o Ministério Público Eleitoral está

devidamente preparado para a aplicação da Lei da Ficha Limpa, com a coleta e organização prévia, por meio do Sisconta, de todas as informações necessárias sobre os fichas sujas, que terão suas candidaturas barradas com rigor”.

Para ter acesso ao conteúdo integral da recomendação expedida aos partidos políticos, [clique aqui](#).

Assessoria de Comunicação Social

Ministério Público Federal em Minas Gerais

Tel.: (31) 2123.9008

No twitter: mpf_mg

Acesse no site de origem: [MP Eleitoral avisa partidos políticos que candidatura fictícia será considerada fraude \(MPF/PRMG, 26/06/2014\)](#)